



3920233



00135.225767/2023-19



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

**ANEXO II
MODELO DE PLANO DE TRABALHO**

**Adicionar a logo da OSC
NOME DA PROPONENTE**

Plano de Trabalho

Título do objeto que será desenvolvido com o Termo de Fomento

Proposta nº XXXX/2023

**Cidade, Estado.
Região do País
ANO**

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE (COLOCAR DADOS ATUALIZADOS)

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

Número da Proposta:
Dados bancários:
Banco: Agência:
Valor Global:
Valor do Repasse:
Valor da Contrapartida:
Grupo de Natureza de Despesa:
Origem do Recurso:

DADOS DO (A) PROPONENTE

Nome do (a) Proponente:
CNPJ:
Endereço: Rua, Avenida ou Travessa; nº; CEP; Município; UF
Telefone:
E-mail:
Página web da Instituição:

RESPONSÁVEL LEGAL DO PROPONENTE

Cargo:

Responsável legal da Instituição:

CPF:

RG:

Endereço: Rua, Avenida ou Travessa; nº; CEP; Município; UF

Telefone:

E-mail:

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA PROPOSTA

Nome:

Função na Instituição:

Endereço: Rua, Avenida ou Travessa; nº; CEP; Município; UF

Telefone:

E-mail:

Sumário**APRESENTAÇÃO DA PROPONENTE**

Quem é a instituição proponente, a sua missão institucional e quais áreas de atuação.

CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL DA PROPONENTE

Incluir projetos recentes nessa temática desenvolvidos pela instituição (lembrar que terão que enviar comprovantes de execução).

Descrever a estrutura física e equipe técnica da proponente.

PROBLEMA A SER RESOLVIDOOrientações:

Contextualizar um ou mais problemas sociais relacionados à promoção e defesa dos direitos humanos da pessoa idosa que fazem parte de povos e comunidades tradicionais e que estão inseridos em um dos eixos definidos pelo edital e a partir do objeto da proposta, poderá encontrar um caminho para resolução ou mitigação do problema. Apresentar uma conjuntura social, cultural e/ou política sobre o público-alvo e sua relação com o problema.

Texto para subsídio:

A definição de Povos e Comunidades Tradicionais e Territórios Tradicionais são apresentados pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Nele, orienta-se para a identificação de grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais e possuem formas próprias de organização social. Além disso, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitido ao longo das gerações. Por Territórios Tradicionais, são considerados “os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas,

respectivamente, o que dispõem os [arts. 231 da Constituição](#) e [68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#) e demais regulamentações”.

Dentre os povos e comunidades tradicionais, destaca-se: [Andirobeiras](#), [Apanhadores de Sempre-vivas](#), [Caatingueiros](#), [Caíças](#), [Castanheiras](#), [Catadores de Mangaba](#), [Ciganos](#), [Cipozeiros](#), [Extrativistas](#), [Faxinalenses](#), [Fundo e Fecho de Pasto](#), [Geraizeiros](#), [Ilhéus](#), [Índigenas](#), [Isqueiros](#), [Morroquianos](#), [Pantaneiros](#), [Pescadores Artesanais](#), [Piaçaveiros](#), [Pomeranos](#), [Povos de Terreiro](#), [Quebradeiras de Coco Babaçu](#), [Quilombolas](#), [Retireiros](#), [Ribeirinhos](#), [Seringueiros](#), [Vazanteiros](#), [Veredeiros](#), entre outros.

Um dos maiores desafios, senão o maior, é a própria busca pela existência material e manutenção da memória desses grupos. Muitos territórios estão em permanente pressão econômica e conflitos fundiários, além de dificuldades de acesso a políticas públicas e cidadania, seja por questões de isolamento, processos de discriminação e exclusão social.

Essas vulnerabilidades são ainda mais intensas se observarmos a perspectiva da pessoa idosa que fazem parte dos povos e comunidades tradicionais. As discriminações se acumulam, tornam-se múltiplas e desafiam ainda mais a construção de políticas públicas eficientes e com capacidade de promover e garantir os direitos humanos e a cidadania das pessoas idosas nesse contexto. É preciso perceber a existência de múltiplas velhices, que revelam que o envelhecimento da população brasileira, de forma ativa e saudável, não se dá de forma homogênea, mas como reflexo de grupos que possuem ou não acesso às políticas públicas e direitos constitucionais no país. Com efeito, as pessoas não envelhecem de forma homogênea e parte expressiva da população brasileira chega a esta etapa do ciclo vital tendo vivenciado situações de vulnerabilidade e discriminações múltiplas que interferem fortemente no processo de envelhecimento. A título de exemplo, a PNAD Continua Educação 2022, recentemente divulgada, indica que, das 9,6 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade que não sabiam ler e escrever, 54,1% (5,2 milhões) tinham 60 anos ou mais.

Em relação ao eixo cultura ou eixo economia sustentável.....

ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Orientações:

O presente projeto será desenvolvido na (incluir nome da comunidade em que o projeto será executado), na região de (incluir uma das cinco regiões brasileiras em que o projeto será executado), no município de (incluir nome do município), no estado de (incluir nome do estado).

Descrever a área de intervenção do projeto, destacando informações sobre o povo ou comunidade tradicional a ser executado o projeto, como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), informações socioeconômicas e dados populacionais relativos ao projeto. O propósito dessas informações é fornecer à SNDPI o quadro geral dos Povos e Comunidades Tradicionais para demonstrar a necessidade de realização do projeto e investimento do governo na aplicação de política pública naquela comunidade. Desse modo, a proponente deverá selecionar e apresentar dados pertinentes ao objeto proposto, relacionando o percentual de pessoas idosas que poderiam se beneficiar.

PÚBLICO-ALVO

Orientações:

A partir do contexto geral da pessoa idosa, indicar qual perfil será trabalhado pela Proposta, destacando suas principais características (condições sociais, econômicas, culturais, vulnerabilidades etc).

Número de pessoas beneficiárias

Orientações:

Quantidade de idosos beneficiados com a execução do projeto (pode colocar direta e indiretamente, caso necessário)

Exemplo: “No contexto do público-alvo da Proposta, a execução do objeto proposto contemplará xxx pessoas idosas”.

JUSTIFICATIVA

Texto para subsídio:

A população mundial está envelhecendo rapidamente e no Brasil esse fenômeno vem ocorrendo de forma ainda mais acelerada. Dados do último Censo IBGE (2022) revelam uma mudança na estrutura etária brasileira, indicando uma queda no número de jovens e um aumento no número de pessoas idosas. Revelam ainda que, com o envelhecimento da população, a razão de dependência desse grupo também teve um aumento significativo, de 11,2 para 14,7, indicando a necessidade de redirecionamento de políticas públicas para esse segmento.

A Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos, aprovada em 2015 pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e da qual o Brasil é signatário, dispõe sobre o processo heterogêneo do envelhecimento, enfatizando as condições de vulnerabilidade e múltiplas discriminações as quais as pessoas idosas e em processo de envelhecimento estão submetidas quando associadas a fatores históricos, socioculturais e demográficos.

No entanto, os normativos brasileiros que versam sobre os direitos das pessoas idosas foram construídos em uma dinâmica de homogeneização do processo de envelhecimento, permitindo que a coexistência de iniquidades de gênero, raça, renda e de acesso a saúde, educação e moradia que atravessam a vida de pessoas idosas as tornem mais vulneráveis, expondo-as a constantes violações de direitos humanos, principalmente aquelas que residem em territórios tradicionais.

Considerando o texto orientador, acima, o Proponente deve responder às questões do porquê e para quê executar o referido Projeto (trazer argumentos sobre a importância em aplicar os recursos neste projeto. Mencionar novamente o problema a ser resolvido e detalhar).

Deve-se fundamentar a pertinência e relevância do projeto como resposta a uma situação, problema ou necessidade identificada de maneira objetiva.

Deve haver ênfase em aspectos qualitativos e quantitativos, especialmente quanto aos:

- a) principais motivos de se trabalhar o problema;
- b) público-alvo do projeto; e
- c) relevância do projeto, sua efetiva capacidade de contribuir positivamente na solução do problema apresentado, evitando-se dissertações genéricas sobre o tema.

Considerar:

1) Descrição da realidade:

- a) Esclarecer como o problema que se pretende resolver com o projeto foi identificado e quando foi identificado;
- b) Detalhar o problema a ser resolvido, apontando suas dimensões e o impacto sobre o público-alvo da proposta (incluir informações socioeconômicas, políticas, culturais, etc.).

Procurar responder: O que ou qual é o problema? Quem está vivenciando o problema?, Onde o problema está ocorrendo?, Quando o problema ocorre?, e Por quê acontece?

Relatar os resultados esperados - qual o impacto que o projeto causará na sua realidade local?

Considerar que o Projeto estará relacionado a uma política pública nacional, onde se busca resolver um problema social. Considerem a relevância do Programa, e a contribuição a curto, médio e longo prazo para o público de interesse.

Orientação adicional para descrever a Justificativa:

É bastante comum nos depararmos com projetos bem redigidos e lastreados pelas melhores intervenções, mas que não explicitam qual a situação-problema ou necessidades identificadas que se pretende enfrentar. Em consequência, os objetivos são geralmente múltiplos e inconsistentes e, muitas vezes, são concorrentes entre si.

Para a caracterização da situação problema ou necessidades identificadas, é preciso reunir informações atualizadas, que possam descrevê-la em termos quantitativos e qualitativos. Para tanto, tornam-se necessários indicadores que possam auxiliar na construção do cenário do projeto, com maior precisão e, além disso, também reunir informações que permitam responder com clareza questões, como: Quem é o público alvo? O que ele pensa? Como vive? Quais são os seus desejos e necessidades?

Uma forma de descrever tal situação seria estabelecer as causas que originam ou agravam o problema identificado como central para o contexto, tentando construir uma árvore com os vários níveis de causas, ou seja, em torno da questão principal, buscando outras indagações. Uma forma alternativa simplificada de analisar a situação problema seria tentando responder perguntas, como: Qual a situação atual? Quais são as condições, necessidades ou finalidades não satisfeitas que sugerem a existência de um problema? Quais as causas do problema? Por quem a situação é percebida como problema? Existem pessoas para quem a situação é vantajosa? Qual o grau de compreensão que as pessoas afetadas pelo problema têm a respeito dele? O problema foi caracterizado em seu contexto e em todos os aspectos importantes: social, institucional, econômico-financeiro, tecnológico, administrativo e gerencial? Foram procuradas informações sobre a situação, consultando outras pessoas, outros livros, estudos, e outras comunidades (nacionais ou internacionais) etc? Entre os vários problemas encontrados, este, em especial, é prioritário, aquele que tem mais importância? Por quê? Quais os critérios usados para atribuir-lhe importância? Como o seu projeto vai ajudar a resolvê-lo?

CARACTERIZAÇÃO DOS INTERESSES RECÍPROCOS

As ações a serem desenvolvidas no âmbito do Projeto revelam consonância com o Programa 5034 - Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos (PPA 2020-2023), especificamente com o seguinte objetivo e meta:

- Objetivo 1179 - Ampliar o acesso e o alcance das políticas de direitos, com foco no fortalecimento da família, por meio da melhoria da qualidade dos serviços de promoção e proteção da vida, desde a concepção, da mulher, da família e dos direitos humanos para todos.
- Meta 0506 - Promover maior e melhor acesso aos serviços de promoção e proteção de direitos, com foco no fortalecimento da família e em públicos não alcançados por políticas de governo.

Está ainda descrita na Ação Orçamentária 21AR - Promoção e Defesa de Direitos para Todos, consignada no Orçamento Fiscal da União de 2023 (Lei nº 14.535, de 17 de janeiro

de 2023 - LOA 2023).

Descrever como a missão institucional da OSC se encontra com os objetivos da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

OBJETO

Orientações:

Descrever, de forma objetiva, o produto das ações do projeto, expresso em uma única frase curta, de fácil compreensão e de forma clara o que deve fazer.

Importante responder no objeto: O que? Para quem? Onde?

Deve ser o produto da proposta, não poderá ser alterado de forma alguma.

Não quantificar, não iniciar a frase no infinitivo.

Exemplo: “Capacitação na temática de Envelhecimento ativo e saudável e direitos da pessoa idosa para agentes de direitos humanos na Cidade Estrutural – DF”

OBJETIVOS

Objetivo geral

Orientações:

Objetivo geral: ideia central da Proposta (verbo no infinitivo).

O objetivo do projeto é redigido em poucas linhas, informando a finalidade do projeto e responde às perguntas: O que fazer? Para quem fazer? Onde fazer? Para que fazer? Deve contextualizar, de forma ampla, os benefícios pretendidos com a implementação da proposta. Desta forma, informará o resultado esperado ao fim do projeto.

Os objetivos propostos serão analisados na prestação de contas, assim, eles deverão ser representados por verbos no infinitivo, que permitam a mensuração.

Exemplo: Promover a prevenção e o enfrentamento à violência contra a pessoa idosa, por meio de ações de sensibilização, capacitação e apoio à vítima.

Objetivos específicos

Orientações:

Objetivos específicos: detalham as ações e delimitam a temática.

Esses objetivos deverão ser apresentados com maior riqueza de detalhes, expondo, além das ações propostas, o local no qual será implementado, o período em que se pretende realizar.

São esses os objetivos responsáveis pela fixação de metas, etapas e fases da proposta. Além disso, eles propiciam o acompanhamento da execução do projeto. Por exemplo, contratar palestrantes, alugar sala, adquirir computadores, etc.

META E ETAPAS

Orientações:

As metas deverão estar diretamente vinculadas aos objetivos específicos, com a diferença de ser um alvo quantitativo e com marca temporal para o seu alcance;

Diferem dos objetivos específicos por serem quantificáveis. Elas são concretas e expressam quantitativamente e qualitativamente os objetivos.

Pensar na sequência de acontecimentos para execução do projeto (início, desenvolvimento, finalização);

Exemplo: Meta 1: Capacitação de 80 agentes de direitos humanos.

Etapas

Orientações:

Divisão sequencial da meta.

As etapas, ou fases, constituem as divisões de uma meta na execução do objeto proposto. A partir delas, atingem-se as metas. Elas deverão ser detalhadas como um passo a passo das metas.

OBS: As metas e etapas deverão estar transcritas para o Cronograma de Execução Física do Plano de Trabalho na Plataforma Transferegov.br e devem ser idênticas às descritas neste Termo de Referência.

Exemplo: Meta 1: Capacitação de 80 agentes de direitos humanos

Etapas 1: Contratação de profissionais

Etapas 2: Divulgação e inscrição

Etapas 3: Realização da capacitação

PERÍODO DE EXECUÇÃO

O período de execução do Projeto (nome do projeto) corresponde a 12 (doze) meses.

Cronograma de execução

Orientações:

Meta 1: (transcrever a meta)				
Etapas	Especificação	Total da Etapa	Datas	
			Início	Fim
	Estruturação do Projeto		1º mês	12º mês
1.1	Contratação de equipe técnica (nº de profissionais contratados)	R\$	1º mês	3º mês
1.2	Aquisição de material de apoio (nº de tipos de materiais)	R\$	1º mês	5º mês
2	Aquisição de equipamentos			
2.1	Seleção e compra de equipamentos	R\$	6º mês	6º mês
2.2	Entrega dos bens	R\$	7º mês	10º mês

2.3	Avaliação do Projeto (nº de relatórios a serem entregues)	R\$	11º mês	12º mês
-----	--	-----	---------	---------

METODOLOGIA

Orientações:

Descrever como cada meta/etapa será implementada, incluindo os principais procedimentos, as técnicas e os instrumentos a serem empregados, com vistas ao alcance dos objetivos pretendidos.

Devem ser destacados outros aspectos metodológicos importantes, como a forma de mobilização e integração; os locais e instalações de execução das atividades, o material didático a ser utilizado, dentre outros.

É preciso que se descreva com precisão de que maneira o projeto será desenvolvido, ou seja, o COMO FAZER;

Detalhar de forma clara e sequencial todas as etapas de como será executado o projeto.

Lembrar de considerar os espaços onde serão realizadas as atividades, a forma que será firmado parcerias com as instituições, número de vagas ou de pessoas atendidas.

É importante frisar que o técnico que realizará a análise precisa entender todo o planejamento do projeto, portanto, é necessário que haja o relacionamento das metas e etapas propostas também com os valores gastos, de forma a respeitar os princípios da administração pública e a economicidade.

Serão avaliadas a Viabilidade e Conveniência da Execução; Capacidade técnica do Proponente; Indicadores e mecanismos de monitoramento.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Texto para subsídio:

A/O (nome da OSC) será responsável pelo monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto e das ações pactuadas no âmbito do Projeto (nome do Projeto), valendo-se de sua capacidade técnica comprovada, além da equipe técnica contratada.

Além das fichas/instrumento de coleta de dados, serão utilizados registros de fotos/vídeos dos bens entregues e dos serviços realizados. Ainda, entregará ao Concedente toda a documentação comprobatória da execução do projeto e um relatório com a demonstração dos resultados e cumprimento da meta e etapas propostas, apontando as dificuldades e limitações enfrentadas.

A Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, bem como outras áreas competentes do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, poderá solicitar informações acerca da execução do instrumento celebrado, viabilizando o monitoramento das ações e os ajustes ou alterações necessárias para a boa e regular aplicação dos recursos públicos, diante de possíveis dificuldades que, porventura, sejam identificadas.

RESULTADOS ESPERADOS

Orientações:

Resumo da situação esperada ao término do projeto, identificando o impacto das ações/atividades propostas.

Além disso, os resultados são os impactos do projeto no público-alvo. Eles podem ser representados, dependendo do objeto proposto, por número de pessoas capacitadas,

melhorias no Índice de Desenvolvimento Humano, queda do número de crimes, índice de conhecimento de lei ou temas específicos, melhoria na saúde, redução da violência etc.

Além de elencar os resultados esperados, é necessário fazer vincular os resultados às metas e a um indicador. Utilize a tabela abaixo como modelo/exemplo:

Meta 1:				
Etapa	Especificação	Resultados esperados	Indicador	Formas de verificação
1	Contratação de equipe técnica	Execução de 100% dos Contratos	Percentual de cumprimento do objeto do Contrato	Contrato; relatório final de execução do contrato
	Aquisição de material de apoio	Aquisição de 100% dos materiais previstos	Percentual de materiais adquiridos	Notas fiscais
	Realização de visitas técnicas	100% de pessoas idosas visitadas	Percentual de pessoas idosas visitadas	Fichas/Instrumentos de coletas de dados; Relatórios
2	Seleção e compra dos equipamentos	Aquisição de 100% dos equipamentos previstos	Percentual de equipamentos adquiridos	Notas fiscais
	Entrega dos bens	Entrega de 100% dos bens previstos	Percentual de equipamentos entregues	Registros fotos/vídeos; termo de entrega/recebimento
	Avaliação do projeto	1 Relatório entregue	Número de relatórios entregues	Relatório anexado à Plataforma Transferegov

DETALHAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Orientações:

Avaliar os custos da Proposta

Pertinência dos itens de despesa com a legislação (Considerar: Art. 46 da Lei 13.019/2014 - despesas permitidas; Art. 45 da Lei 13.019/2014 - despesas vedadas; Art. 18 da Lei 14.436/2022 - LDO sobre diárias e passagens).

Providenciar orçamentos válidos (Lei 8.666/93 e Instrução Normativa nº 73/2020).

Observação: As tabelas de “Precificação” e “Plano de Aplicação Detalhado” apresentam exemplos de planejamento de gastos e distribuição de recursos.

Recursos do Projeto

Texto para subsídio:

O valor global da Proposta é de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), sendo este o valor de repasse. Não há previsão de contrapartida financeira ou de bens e serviços.

Precificação

Orientações:

Os orçamentos devem ser anexados na Aba "Anexos", na Plataforma Transferegov.br, e devem ser emitidos em papel timbrado, com descrição detalhada do item orçado, valor unitário, quantidade e CNPJ, de acordo com a Lei 8.666/93 e Instrução Normativa nº 73/2020.

Solicitamos utilizar o quadro abaixo:

PRECIFICAÇÃO DA PROPOSTA								
Item	Despesa	Descrição	Qtd.	Orçamento 1	Orçamento 2	Orçamento 3	Média	
				Valor unitário	Valor unitário	Valor unitário	Valor unitário	Total
1								
2								
3								
4								
5								
6								
TOTAL (GND 4)								R\$
Item	Despesa	Descrição	Qtd.	Orçamento 1	Orçamento 2	Orçamento 3	Média	
				Valor unitário	Valor unitário	Valor unitário	Valor unitário	Total
7								
8								
9								
10								
TOTAL (GND 3)								R\$
VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$								

Plano de Aplicação Detalhado

Orientações:

Utilizar o quadro abaixo para detalhar as despesas da proposta (se necessário consultar o Manual Técnico do Orçamento - MTO).

PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO						
Despesa	Descrição	Cód. Natureza Despesa	Unidade	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total

TOTAL (GND 4)						R\$
Despesa	Descrição	Cód. Natureza Despesa	Unidade	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
TOTAL (GND 3)						R\$
TOTAL DA PROPOSTA: R\$						

Plano de aplicação consolidado

Orientações:

Utilizar o quadro abaixo para detalhar as despesas da proposta, de acordo com o Grupo de Natureza de Despesa.

Conforme item 9.6 do Edital de Chamamento Público, o valor de referência será de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para propostas do Eixo Cultura, sendo **R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para despesas de custeio (GND 3) e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para despesas de capital (GND 4); e**

R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para propostas do Eixo Economia Sustentável, sendo **R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para despesas de capital (GND 4) e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para despesas de custeio (GND 3).**

Importante: Para preencher o quadro abaixo, observar o limite para GND, descrito acima, e confrontar com as informações constantes no Plano de Aplicação Detalhado.

EIXO CULTURA		
Grupo de Natureza de Despesa	Valor	Total da Proposta
3	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00
4	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00
TOTAL	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00

OU

EIXO ECONOMIA SUSTENTÁVEL		
Grupo de Natureza de Despesa	Valor	Total da Proposta
4	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00
3	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00
TOTAL	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00

Cronograma de desembolso

Texto para subsídio:

A Concedente fará o repasse do valor total do recurso do Projeto em parcela única, previsto para o primeiro mês após a celebração do instrumento.

Utilizar o quadro abaixo:

EIXO (COLOCAR O NOME DO EIXO)			
Meta 01:			
Etapa	Descrição	Mês de desembolso	Valor
1	Estruturação do Projeto	1º	R\$ 100.000,00
2	Aquisição de equipamentos	1º	R\$ 200.000,00
TOTAL			R\$ 300.000,00



Documento assinado eletronicamente por **Inês Aparecida de Andrade Rioto, Coordenador(a)-Geral**, em 07/11/2023, às 19:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no **§ 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020**.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3920233** e o código CRC **EE928285**.